

## Nacionalismo econômico e desenvolvimentismo \*

*Luiz Carlos Bresser- Pereira* \*\*

### Resumo

O nacionalismo é a ideologia da formação e desenvolvimento dos estados-nação. O nacionalismo foi central no desenvolvimento dos países centrais ou de desenvolvimento original, mas é ainda mais importante nos países periféricos, assim denominados porque foram submetidos ao imperialismo moderno dos primeiros. O nacionalismo supõe uma história e um destino comum; não necessariamente uma etnia comum. Quando a etnia se torna definidora do nacionalismo, este deixa de ser econômico para ser étnico e populista. O nacionalismo está associado à imaginação criativa e ao pensamento crítico. O desenvolvimentismo é irmão gêmeo do nacionalismo econômico, enquanto é a ideologia do desenvolvimento voltado para a industrialização tendo como pressupostos uma intervenção moderada do Estado na economia e a defesa do interesse nacional em um mundo no qual a competição entre as nações é mais forte do que a cooperação.

**Palavras-chave:** Nação; Estado-nação; Nacionalismo; Capitalismo; Imperialismo.

### Abstract

#### *Economic nationalism and developmentalism*

Nationalism is the ideology of the formation and the development of nation-states. Nationalism was key to the development of the central countries that first industrialized, but it was even more important in the peripheral countries, so named because they were subjected to the modern imperialism of the former countries. Nationalism presupposes a common history and destiny; not necessarily a common ethnicity. When ethnicity defines nationalism, it ceases to be economic to be ethnic and, therefore, authoritarian and populist. Nationalism is associated with creative imagination and critical thinking. Developmentalism is the twin brother of economic nationalism, as it is the ideology of development geared toward industrialization that assumes a moderate state intervention in the economy and the defense of national interest in a world in which competition between nations is stronger than cooperation.

**Keywords:** Nation; Nation-state; Nationalism; Capitalism; Imperialism.

**JEL** P10, P40, F54.

O nacionalismo econômico é uma ideologia que nasce com a formação dos estados-nação e só ganha corpo no século XIX; já o desenvolvimentismo é forma de organização econômica e política do capitalismo alternativa ao liberalismo que nasceu após a Segunda Guerra Mundial. Além disso, a palavra desenvolvimentismo é utilizada para designar uma teoria de desenvolvimento alternativa à abordagem liberal. O desenvolvimentismo clássico ou *development economics*, que surgiu nos anos 1940 como uma reação à Grande Depressão, e o novo desenvolvimentismo, que começa a ganhar corpo nos anos 2000 ao construir uma macroeconomia do desenvolvimento focada na taxa de câmbio e na conta corrente, mais a

\* Artigo recebido em 25 de maio de 2018 e aprovado em 31 de maio de 2018.

\*\* Professor Emérito da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: [bresserpereira@gmail.com](mailto:bresserpereira@gmail.com).

Website: [www.bresserpereira.org.br](http://www.bresserpereira.org.br).

teoria econômica keynesiana que também nasceu nos anos 1930 como uma reação à Grande Depressão, têm em comum a crítica ao liberalismo econômico. O keynesianismo voltou-se para os países ricos e para o curto prazo; o desenvolvimentismo clássico, para os países pobres que iniciavam sua industrialização; e o novo desenvolvimentismo, para os países de renda média. Essas três teorias supõem um estado-nação realmente soberano, e têm em comum o reconhecimento que nem a estabilidade nem o crescimento podem ser deixados exclusivamente por conta do mercado: que é necessária uma intervenção moderada na economia para garantir o pleno emprego e o crescimento e uma taxa de crescimento que diminua a diferença de renda dos países em desenvolvimento em relação à renda per capita dos países dos países ricos. Na medida em que o pensamento keynesiano e o desenvolvimentista se tornaram dominantes no pós-guerra, eles se associaram a um segundo desenvolvimentismo no pós-guerra nos países que originalmente se industrializaram – os Anos Dourados do Capitalismo –<sup>1</sup>, e a um primeiro desenvolvimentismo nos países periféricos ou em desenvolvimento, como o Brasil e a Coreia do Sul.

Em torno de 1980, depois de uma crise nos Estados Unidos e no Reino Unido definida por taxas de crescimento insatisfatórias, queda da taxa de lucro e aumento da inflação, o liberalismo econômico renasceu e seus defensores salientaram os erros do modelo desenvolvimentista keynesiano, além de ignorar as boas taxas de crescimento com estabilidade que esses países haviam alcançado durante os Anos Dourados do Capitalismo. O liberalismo econômico – agora um liberalismo radical, “neoliberal” – tomou primeiro conta das universidades e depois dos governos e das elites econômicas, dando início aos Anos Neoliberais do Capitalismo (1979-2008), nos quais o nacionalismo foi identificado negativamente com “populismo”, o que, em certos casos, era verdade, e a palavra desenvolvimentismo foi associada a irresponsabilidade fiscal. Este ataque ao desenvolvimentismo e ao nacionalismo econômico fazia parte da nova hegemonia financeirista que se afirmara a partir de 1980 apoiada na teoria econômica neoclássica ou ortodoxia liberal. Havia na crítica algum fundamento, porque, desde o segundo choque do petróleo (1979), vários países latino-americanos recusaram-se a realizar o ajustamento macroeconômico necessário e praticaram um keynesianismo vulgar e equivocado. Mas, apesar dos erros desenvolvimentistas e do ataque neoliberal, o conceito e as ideias relativas ao desenvolvimentismo não morreram. Assim, eram objeto de crescente atenção nos países em desenvolvimento.

Considerando-se apenas os países que realizaram sua revolução nacional e industrial, podemos classifica-los em “centrais” ou “periféricos”, conforme tenham ou não enfrentado o imperialismo *moderno* dos países que primeiro se industrializaram para também se industrializarem; os países centrais, por sua vez, podem ser divididos em “de desenvolvimento original” e “retardatários”, e os periféricos, em “independentes”, realmente autônomos, e

---

(1) Nos países que se industrializaram originalmente, Inglaterra, França e Bélgica, o primeiro desenvolvimentismo aconteceu no Mercantilismo; o segundo, nos Anos Dourados do Capitalismo (Bresser-Pereira, 2017a).

“nacional-dependentes”. Entre os países centrais de desenvolvimento original temos países como Inglaterra e França, e em relação ao desenvolvimento retardatário, os países centrais que realizaram sua revolução industrial mais tarde, como os Estados Unidos e a Alemanha. Todos são hoje países ricos. Países periféricos são aqueles que tiveram ou têm ainda que enfrentar o poder dos países centrais. Países periféricos independentes são países como o Japão e a Coreia do Sul, que foram plenamente bem-sucedidos e hoje são países ricos; a China, a Índia e o Vietnã, que também estão nessa categoria, são países de renda média, mas crescem aceleradamente. Países periféricos *nacional-dependentes* são países como o Brasil ou a Turquia, nos quais suas elites são ambíguas, ora nacionalistas, ora dependentes. Por isso uso um oxímoro para identificá-los. Nesses quatro tipos de países o nacionalismo foi fundamental para que se desenvolvessem. O fato de o quarto tipo ter sido menos bem-sucedido do que o terceiro se deve, em boa parte, ao caráter contraditório, frequentemente dependente, de suas elites.

Nacionalismo econômico e desenvolvimentismo são duas realidades políticas carregadas de ideologia, mas é possível analisá-las de forma razoavelmente objetiva. É o que tentarei neste artigo, primeiro analisando nacionalismo e desenvolvimentismo nos países centrais e, depois, nos periféricos.

### **Nação e nacionalismo**

Nação e nacionalismo são elementos essenciais da história dos países hoje ricos. Para cada povo, sua revolução capitalista é geralmente constituída de uma revolução comercial ou mercantil, de uma revolução nacional ou formação do estado-nação e de uma revolução industrial. Se ao realizar sua revolução nacional o país teve que enfrentar o imperialismo moderno dos países que se industrializaram originalmente, podemos denominar a revolução nacional como revolução nacionalista. No processo histórico de construção dos estados-nação, nacionalismo e liberalismo foram as duas ideologias centrais. O nacionalismo foi a ideologia das burguesias nacionais que, associadas ao seu monarca absoluto, realizavam sua revolução nacional e capitalista. Já o desenvolvimentismo tornou-se a estratégia nacional de desenvolvimento *deliberada* que os países adotam para realizar sua revolução nacional e industrial e, em seguida, continuar a crescer de maneira satisfatória

O nacionalismo implica uma associação básica, mas sempre contraditória, da elite com seu povo, com o qual ela vive uma relação permanente de conflito e cooperação. Uma cooperação que nasce dos interesses comuns de todos os cidadãos em torno da nação que a todos congrega, do Estado que é seu instrumento de ação coletiva por excelência, do mercado interno que é seu maior ativo econômico, e em torno da moeda nacional que é sua garantia de autonomia nacional. Um conflito que reflete a luta legítima dos trabalhadores e das classes médias na partilha do excedente econômico gerado pelo desenvolvimento. Seu pressuposto mais geral é que no capitalismo os estados-nação competem entre si, e os mais fortes tendem a ser imperialistas.

No quadro de cada estado-nação, as sociedades modernas ou capitalistas se organizam informalmente sob a forma ou de nação ou de sociedade civil, e a partir delas se relacionam com o Estado e procuram influenciar suas leis e políticas públicas. A sociedade civil é o povo organizado em classes sociais; a nação é o povo que compartilha uma história e um destino comum, controla um território, e forma um Estado dotado de soberania. A sociedade civil é por natureza contraditória, porque de um lado é nela que ocorre a luta de classes e, de outro, porque também é nela que se articulam as ações visando a liberdade, a igualdade e, mais recentemente, a proteção do ambiente. Já a nação é ou tende a ser una ou solidária, na luta pela autonomia nacional, a segurança e o desenvolvimento econômico. A princípio, a nação constrói seu Estado – constrói seu sistema constitucional-legal e a administração pública que o garante – porque como qualquer tipo de sociedade, precisa de uma instituição que a organize ou estruture. Em certos casos, porém, como foi o do Brasil, o Estado foi anterior à nação: a independência nacional foi formalmente alcançada em 1822, e passou-se, a partir daí, a se construir um Estado; a construção da nação propriamente só ocorreria cem anos depois.

No processo histórico do desenvolvimento capitalista, nos países de desenvolvimento original, como a Inglaterra e a França, o Estado moderno foi originalmente desenvolvimentista (o Estado mercantilista); depois foi liberal; e a partir de Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial, foi pela segunda vez desenvolvimentista, mas agora no quadro de um Estado social ou do bem-estar; e desde os anos 1980 voltou a ser liberal, agora não mais no quadro de um capitalismo de empresários mas de um capitalismo financeiro-rentista que vem tentando destruir o Estado social. Os demais países retardatários em relação aos de desenvolvimento original, desde a Alemanha e o Estados Unidos até o Brasil, o México e a China, realizaram também sua revolução industrial e capitalista no quadro do desenvolvimentismo. Os últimos três são ainda países de renda média, mas enquanto a China se mantém desenvolvimentista e continua a fazer o alcanceamento, o Brasil e o México renderam-se ao liberalismo econômico no final dos anos 1980, seu regime de política econômica que era desenvolvimentista passou a ser liberal e, assim, eles deixaram de realizar o alcanceamento, ficando para trás.

O nacionalismo pressupõe a existência de uma nação capaz de formar uma *coalizão de classes* nacionalista e desenvolvimentista e definir um projeto nacional de desenvolvimento. Quando a sociedade está profundamente dividida em classes sociais, a burguesia tende a se unir em torno de um regime de política econômica liberal. Quando ela se vê ameaçada externamente, ou quando ela logra definir um projeto nacional de desenvolvimento, a nação se sobrepõe à sociedade civil e uma coalizão de classes desenvolvimentista se forma. Nesses momentos, as duas classes dirigentes – a capitalista e a tecnoburocrática – se dividem em frações de classe, e empresários industriais, trabalhadores e a tecnoburocracia pública formam uma coalizão desenvolvimentista, em conflito com uma coalizão liberal, financeiro-rentista, formada por capitalistas rentistas, financistas e a alta tecnoburocracia privada que dirige as grandes corporações. A coalizão desenvolvimentista dará origem a um regime de política econômica popular e nacional, como aquela que existiu nos países ricos entre os anos 1930 e

os anos 1970 (a coalizão fordista)<sup>2</sup>, e também em alguns países periféricos que, com uma decalagem de cerca de dez a vinte anos, então realizaram sua revolução nacional e industrial (na América Latina, a coalizão nacional-desenvolvimentista)<sup>3</sup>.

O processo de construção social e política da nação e do Estado acontece, assim, por meio de um complexo sistema de lutas políticas através das quais se definem os grandes valores e objetivos nacionais, os direitos de cidadania (civis, políticos, sociais e republicanos), o regime político, inicialmente autoritário e depois democrático, e a forma de coordenação econômica e política da sociedade que será ou predominantemente desenvolvimentista, ou predominantemente liberal. Além de se expressar nas classes e nas coalizões de classe, a relação entre sociedade e Estado nas sociedades complexas e plurais do nosso tempo se expressa nas ideologias, nas coalizões partidárias, nos lobbies das diversas organizações corporativas da sociedade, na advocacia política das organizações de responsabilização social, e no debate público.

O nacionalismo é a ideologia do estado-nação. Antes de a nação se formar, há um *povo* que vive em um território, partilha uma história comum e tem um número suficiente de traços comuns e de interesses compartilhados que lhe permitam se constituir em nação, dominar um território e construir um Estado, formando, assim, seu estado-nação. Para que um povo se transforme em nação não é necessário que seja homogêneo do ponto de vista étnico, como mostra a nação brasileira, nem que tenha a mesma língua, como mostra a nação suíça, mas é necessário que tenha ou construa uma história comum e, como afirmou Otto Bauer (1907), assuma um destino comum, e tenha um território e um Estado ou tenha perspectivas de vir a tê-los. A nação é essencialmente um fenômeno político moderno, que começa a surgir no quadro do capitalismo mercantilista e da formação dos primeiros estado-nação modernos, mas só se configura historicamente no século XIX. A nação, como a sociedade civil, é o aspecto vivo, dinâmico e político da sociedade. Enquanto a nação está voltada para a autonomia nacional, a segurança e o desenvolvimento econômico, a sociedade civil está voltada para a liberdade individual, a justiça social e a proteção da natureza, mas também para a luta de classes. Enfim, a nação é a sociedade politicamente organizada voltada para a autonomia nacional e o desenvolvimento; é a sociedade que partilha uma história, valores, e objetivos comuns, e que conta (ou luta por contar) com um Estado e um território para, assim, formar um estado-nação.

Existe hoje uma literatura extensa sobre o nacionalismo, que é relativamente consensual sobre um ponto: nação e nacionalismo são fenômenos modernos. Vemos isto nos trabalhos de Eric J. Hobsbawm (1990), Ernest Gellner (1983, 1993), Miroslav Hroch (1996, 2005), Benedict Anderson (1983) e Anthony D. Smith (1986, 2003). Todos veem um caráter étnico no capitalismo, mas o veem principalmente como um fenômeno político moderno, capitalista, envolvendo identidade cultural. Ao contrário do saber convencional, os alemães ou

---

(2) A denominação “modo de regulação fordista” foi definida pelos economistas da Escola da Regulação Francesa.

(3) Mais precisamente, nesse período, tivemos dois pactos sucessivos que Bresser-Pereira (2014) denominou Pacto Nacional Popular de 1930 e o Pacto Autoritário-Modernizante de 1964.

os franceses *não* se constituíram em nação e se tornaram nacionalistas desde a Idade Média. Apenas no século XIX se pode falar propriamente de uma nação francesa ou de uma nação alemã. Conforme observou Hobsbawm (1990, p. 14) “A característica básica da nação moderna é sua modernidade. Isto é hoje bem sabido, mas o pressuposto oposto – que a identificação nacional é alguma coisa natural, primária e permanente – é tão geralmente assumido que vale a pena mostrar a modernidade do vocabulário sobre o assunto”. E, em seguida, mostra ele que a primeira definição de nação ocorreu em um dicionário espanhol, em 1884.

Para Ernest Gellner (1983, p. 1), “o nacionalismo é essencialmente um princípio político que afirma que a unidade política e a unidade nacional devem ser congruentes”. Ou, em outras palavras, cada nação busca ter seu próprio Estado, e o nacionalismo é a ideologia através da qual cada nação busca se constituir como tal, construir seu próprio Estado e dominar um território, formando assim o estado-nação soberano. A partir da contribuição tanto de Ernest Gellner quanto de Miroslav Hroch, sabemos que em um primeiro momento não é a nação que define o nacionalismo, mas é o nacionalismo de uma elite política que forma a nação. Em outras palavras, a nação não é um dado “natural”, mas é um *artefato* que uma sociedade usa para afirmar seus interesses e seus valores. Para Miroslav Hroch (1996, p. 88), “entre o ponto de partida de qualquer movimento nacional e sua conclusão exitosa, podem-se distinguir três fases estruturais, de acordo com o papel dos que foram atuantes nele e com o grau de consciência nacional emergente no grupo étnico como um todo”. A primeira fase é constituída de “uma investigação culta e a disseminação de uma consciência dos atributos linguísticos, culturais e sociais”; na segunda fase, “surge um grupo de ativistas que busca disseminar as novas ideias e atrair o maior número de pessoas”; na terceira fase, quando a maior parte da população já formou sua identidade nacional, “forma-se um movimento de massa”.

Uma nação e sua ideologia, o nacionalismo, podem ser fortes ou fracos conforme seus membros partilhem realmente interesses e objetivos comuns. Como disse Ernest Renan (1882) em uma conferência célebre, o nacionalismo “é um plebiscito repetido todos os dias”. Com isso ele estava dizendo que a nação é uma construção *sempre inacabada*, sempre ameaçada pela submissão e o conformismo. Norberto Elias (1968) viu com clareza que o desenvolvimento ou o “processo civilizatório” combina de forma dialética dois processos contraditórios: a diferenciação e a integração. A diferenciação é fruto da divisão do trabalho. Já a integração é alcançada através da formação do estado-nação. Uma elite aristocrática ligada ao monarca se associa a uma elite burguesa em torno de duas ideologias igualmente contraditórias - o nacionalismo e o liberalismo – e, a partir desse pacto – principalmente a burguesia ascendente - busca fazer um acordo nacional com o povo. Para Elias (1968, p. 210) o desenvolvimento implica “a marcha da integração ao longo de vários séculos complementado por um processo de diferenciação crescente”.

Compreenderemos melhor o império clássico e o estado-nação se, acompanhando o raciocínio de Ernest Gellner (1993), opusermos um ao outro.<sup>4</sup> O império é a unidade político-

---

(4) Os três últimos impérios antigos foram o Império Austro-Húngaro, o Império Otomano e o Império Russo.

territorial que caracterizou as sociedades antigas mais desenvolvidas, aquelas que Gellner chama de “sociedades agrárias letradas” – um conceito que inclui tanto as sociedades escravistas e o feudalismo quanto as sociedades mercantilistas e aristocráticas do “ancien régime” –, enquanto que o estado-nação é a sociedade político-territorial própria do capitalismo. Enquanto, no tempo dos impérios, o problema fundamental era o de acumular poder, no tempo dos estados-nação é acumular capital. A lógica da dominação imperial supõe a existência de uma *cultura superior* no centro do império e de uma elite imperial que a monopoliza. Ao contrário do que acontecerá com os estados-nação, essas elites não têm qualquer interesse em transferir sua cultura superior para as colônias. Para elas está bem que a colônia conserve sua língua, suas tradições, sua religião. O que lhe interessa é apenas sua subordinação e a coleta de impostos. Como, para que esses dois objetivos se realizem, é preciso que sua dominação tenha legitimidade, a elite imperial se associa a parte - senão toda - da elite local, e com ela partilha a apropriação do excedente econômico.

O quadro é diferente no caso do estado-nação, cuja lógica é a lógica do capitalismo: acumulação de capital com aumento da produtividade, a qual exige a completa integração da sociedade sob uma única cultura que é alcançada através da educação pública. O fato de que hoje, no quadro do capitalismo global, toda a superfície da terra esteja coberta por estados-nação não é acidental. Conforme já assinalava Marcel Mauss em 1930, o estado-nação é a forma de sociedade política mais avançada até hoje construída; hoje, eu acrescento, ele continua a ser a forma de organização política de uma nação em um território que melhor realiza a lógica do capitalismo: desenvolvimento econômico e realização de lucros através da acumulação de capital com incorporação de progresso técnico.

### **Nacionalismo e mercantilismo**

Quando o nacionalismo tem um caráter eminentemente econômico e defende uma intervenção moderada do Estado na economia, quando propõe políticas micro e macroeconômicas *ativas* para superar o subdesenvolvimento, ele se torna idêntico ao desenvolvimentismo. O nacionalismo e o liberalismo econômico são duas ideologias burguesas que nasceram com o capitalismo; o desenvolvimentismo e o liberalismo econômico são duas formas de organizar esse capitalismo. Em cada país a burguesia foi originalmente nacionalista e desenvolvimentista para realizar a revolução industrial, mas no século XIX tornou-se também liberal para estabelecer limites ao poder do Estado absoluto (a forma política do Estado mercantilista), para escapar à tutela que esse Estado autoritário exercia. Dessa maneira, nacionalismo e desenvolvimentismo e liberalismo expressam, *dialeticamente*, os interesses da nova classe capitalista.

A revolução nacional ou formação do estado-nação nos países centrais não aconteceu pacificamente. Na Europa e na América do Norte, entre o século XVII e o início do século XX, os países hoje ricos estiveram empenhados em guerras para ampliar e definir suas fronteiras, porque só assim lograram constituir o mercado interno amplo e seguro que era necessário para

a industrialização<sup>5</sup>. Tiveram êxito nessa extraordinária empreitada histórica e se desenvolveram porque suas elites foram originalmente nacionalistas e puderam, assim, construir seu estado-nação. Em seguida, no século XIX – agora muito mais fortes porque industrializados – combinaram seu nacionalismo com o imperialismo, tornando-o mais coerente com o liberalismo, e construíram na Ásia e na África seus impérios coloniais modernos, enquanto submetiam à sua hegemonia ideológica os países latino-americanos, que haviam sido colônias de duas potências mercantis, Espanha e Portugal, e haviam logrado independência no início do século XIX.

Em cada país, a burguesia, a partir da sua revolução nacional e industrial, foi uma burguesia industrial ou empresarial; hoje, é principalmente uma burguesia rentista. Quem se opunha à burguesia na fase inicial do capitalismo industrial era a aristocracia ou oligarquia tradicional. Mas, à medida em que o país continuava a se desenvolver e a se distanciar de sua revolução industrial, um novo ramo da classe capitalista – o dos herdeiros ou, mais amplamente, dos rentistas – se distinguiu dos empresários schumpeterianos. Os rentistas logo se associaram aos financistas (uma fração privada da nova classe tecnoburocrática que estava surgindo) e às classes dirigentes dos países ricos ou imperiais que estão interessados em ocupar os mercados internos dos países em desenvolvimento com suas empresas multinacionais. Assim, no capitalismo financeiro-rentista dos nossos dias, duas coalizões de classe tendem a disputar o poder – a desenvolvimentista e a liberal –, esta última, imperial do ponto de vista dos países ricos e dependente ou colonial do ponto de vista dos países em desenvolvimento.

Quando falamos em desenvolvimentismos geralmente nos referimos a países periféricos que se industrializaram tardiamente, mas os países centrais de desenvolvimento original haviam muito antes adotado o desenvolvimentismo para realizarem sua revolução nacional e industrial. Desenvolvimentismo e nacionalismo são, portanto, expressões quase sinônimas – um primeiro desenvolvimentismo, que se chamou mercantilismo, foi dominante na Europa entre os séculos XVI e XVIII. O Estado mercantilista foi nacionalista porque o critério da política econômica era sempre e claramente o interesse do país, e porque via os demais países como concorrentes cujos interesses conflitavam com os seus; foi desenvolvimentista porque usou amplamente da intervenção do Estado para promover a revolução industrial e porque estava baseado em uma coalizão de classes desenvolvimentista formada pelo monarca, sua nobreza, e a grande burguesia nascente. O projeto maior de desenvolvimento do mercantilismo foi o de formar o estado-nação, construir um grande mercado interno, e realizar a revolução industrial na Inglaterra, na França e na Bélgica. Para isto, envolveu-se em guerras e mais guerras com seus vizinhos. E, porque estava construindo uma economia capitalista, interviu na economia para organizar monopólios nos quais a associação entre o monarca absoluto e a burguesia se expressava. A ideia de que o desenvolvimento na Inglaterra e depois nos Estados Unidos ocorreu no quadro de uma economia liberal de mercado não é verdadeira. A Revolução Industrial ocorreu originalmente

---

(5) Ver os três artigos de Tilly em Tilly (1975).



na Inglaterra no quadro do Estado mercantilista. Na história do pensamento econômico, o mercantilismo é visto como uma escola de pensamento equivocada, contra a qual a escola clássica e liberal fundada por Adam Smith lançou bem-sucedido ataque. Isto é em parte verdade, mas isto não tira dos grandes economistas mercantilistas o mérito de terem fundado a ciência econômica. Por outro lado, foi no quadro do Estado mercantilista que as primeiras revoluções nacionais e industriais foram realizadas. A Inglaterra praticou tarifas elevadas até 1834, cinquenta anos depois da publicação da *Riqueza das Nações* (1776) – livro com o qual Adam Smith fundou o liberalismo econômico e a escola clássica. Só a partir de então pode-se falar em um Estado liberal nesse país. Os Estados Unidos tiveram tarifas alfandegárias altíssimas até 1939. Os países centrais retardatários, como foi o caso da Alemanha e dos Estados Unidos não se industrializaram sob o mercantilismo. Suas revoluções industriais só ocorreriam em meados do século XIX, depois de terem logrado formar seu estado-nação. Adotaram, porém, o desenvolvimentismo para realizá-las – um desenvolvimentismo que poderia ser chamado de bismarquiano ou de hamiltoniano. Para o fundador do nacionalismo econômico, Friedrich List (1846), uma identidade nacional compartilhada leva uma nação a adotar um projeto nacional de desenvolvimento.

Fica, assim, difícil concordar com Eric Helleiner (2005, p. 220), para quem o nacionalismo econômico pode ser liberal, não podendo ser associado ao mercantilismo, ao contrário do que Robert Gilpin (1987) propõe corretamente. O liberalismo econômico é oposto ao nacionalismo econômico, porque este implica sempre alguma intervenção na economia, algo que o liberalismo econômico rejeita. É normal um país rico adotar um regime de política econômica liberal e, ao mesmo tempo, seu governo ser nacionalista, mas isso não significa que liberalismo econômico e nacionalismo econômico se tornaram compatíveis. Os dois regimes de política econômica são contraditórios, mas a classe capitalista sempre buscou, dialeticamente, adotar ao mesmo tempo as duas ideologias.

É porém possível que um governo seja desenvolvimentista sem ser nacionalista. Kathryn Sikkink (1991: 4), ao analisar os governos de Juscelino Kubitschek e Arturo Frondizi, identificou os dois como desenvolvimentistas “não-nacionalistas” porque não priorizaram as empresas nacionais em relação às multinacionais, e denominou “nacional-populistas” os governos que estabeleceram essa prioridade. A combinação de nacionalismo econômico e desenvolvimentismo com liberalismo econômico foi possível porque os países centrais, que haviam sido desenvolvimentistas no mercantilismo, voltaram a sê-lo após a Segunda Guerra Mundial, entre os anos 1950 e 1970. Nessas três décadas, os governos atribuíram um papel importante ao planejamento indicativo e às empresas estatais, e o Banco Mundial - que depois se tornaria o instrumento das reformas neoliberais - foi um centro de pensamento e de políticas desenvolvimentista<sup>6</sup>. Entre 1951 e 1953, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos propôs o planejamento econômico do setor não-competitivo da economia brasileira e definiu projetos visando “a criação de condições para o incremento do fluxo de investimentos públicos e

---

(6) Para uma análise da mudança ocorrida no Banco Mundial ver Bresser-Pereira (1995).

privados nacionais e estrangeiros”<sup>7</sup>. A Cepal, onde floresceu o desenvolvimentismo clássico, foi naquelas três décadas desenvolvimentista, não obstante fosse uma agência das Nações Unidas. A grande mudança política ocorreu em torno de 1980, quando o capitalismo industrial ou dos empresários foi substituído por um capitalismo financeiro-rentista, liberal e global. A partir desse momento, as elites econômicas nos países ricos perderam interesse no mercado interno de seus países, deixaram de ser desenvolvimentistas e liberais para serem liberais e “globalistas” (o mundo seria um mundo sem fronteiras), e passaram a denigrir o desenvolvimentismo e o nacionalismo econômico.

### **Nacionalismo, etnia e dependência**

O nacionalismo não é a mesma coisa que a identidade cultural ainda que ambos tenham muito em comum. Um país pode ter forte identidade cultural, mas se subordinar no plano econômico e político. O Brasil e o México são países com forte identidade cultural. Mas o México, desde que passou a fazer parte da NAFTA, associado aos Estados Unidos e ao Canadá, perdeu sua ideia de nação; e algo não muito diferente aconteceu com o Brasil. Enquanto isso, a identidade cultural do Canadá me parece mais esgarçada, mas, em compensação, seu povo tem uma clara consciência de que são uma nação; ele tem uma forte identidade nacional, e nenhum canadense tem dúvidas que é dever do seu governo defender o trabalho, o capital, e o conhecimento nacionais.

O nacionalismo pode ser econômico – orientado para a afirmação do interesse econômico nacional em uma economia global na qual cada estado-nação compete com os demais – ou pode ser étnico, e, em consequência, racista e belicista. No primeiro caso, o nacionalismo supõe a existência de uma sociedade com uma história e um destino comum na qual seus membros compartilham a convicção que o papel de seu Estado e do governo que o dirige é defender os interesses do trabalho, do conhecimento e do capital nacionais. E na qual o critério adotado para se ser ou não nacionalista não é ter a mesma etnia, mas buscar o desenvolvimento econômico nacional com seus próprios meios, ao invés se subordinar a países mais ricos e poderosos, que seriam mais competentes para dizer quais políticas deve o país adotar. A dependência ou a subordinação colonial é, portanto, o oposto do nacionalismo. É a crença na incapacidade dos povos na periferia do capitalismo de se organizarem como verdadeira nação, desenvolverem uma burguesia nacional e uma burocracia pública também nacional, definir uma estratégia desenvolvimentista e realizar sua revolução nacional e industrial. Esta dependência é justificada pela “superioridade evidente” dos países ricos, ou, em outras palavras, pelo complexo de inferioridade colonial, que leva as pessoas a considerar impossível formar-se uma burguesia nacional, como aconteceu nos países ricos quando formaram seu estado-nação e se industrializaram. Nos países em desenvolvimento, exceto nos países dinâmicos do Leste da Ásia, uma parte importante de suas elites é dependente ou colonial porque (a) rejeita a existência de conflito de interesses com os países ricos, (b) acredita

---

(7) Trecho do Relatório da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1953, p. 281) publicado em *O Observador Econômico e Financeiro*, Ano XX, n. 230, abr. 1955. Disponível em: <http://bit.ly/2sH4Lp4>. Acesso em: 18 jun. 2017:

que “precisa” de seu capital esquecendo-se que o capital se faz em casa e que entradas de capital estrangeiro apreciam o câmbio e causam elevada substituição da poupança interna pela externa, (c) aceita e adota em suas universidades teorias econômicas liberais; (d) supõe que seus conselhos e pressões são bons porque são “mais competentes”. Essas elites não são apenas elites dependentes; são elites antinacionais.

Foi essa dependência cultural associada curiosamente a uma crítica marxista das burguesias dos países em desenvolvimento que deu origem à “teoria da dependência” – uma crítica equivocada à tese da revolução nacional nos países em desenvolvimento latino-americanos. Esta interpretação originou-se do fato que, nos anos 1960, a burguesia industrial nesses países, atemorizada pela Revolução Cubana (1959), associou-se às elites liberais e dependentes nos golpes militares no Brasil (1964), Argentina (1967) e Uruguai (1968). Essa interpretação logo se subdividiu em dois ramos que tinham em comum a impossibilidade da revolução nacional: o ramo da superexploração imperialista de André Gunder Frank (1966) e Ruy Mauro Marini (1969), e o da dependência associada de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1969). Já que seria “impossível” a formação de uma burguesia nacional, a solução proposta pelos defensores da primeira versão foi o da revolução socialista, enquanto que para os da segunda, foi a busca de uma associação com o centro imperial, foi a política de crescimento com poupança externa, ou seja, a política de incorrer em deficits em conta-corrente e financiá-los com investimentos diretos das empresas multinacionais (Bresser-Pereira, 2005).

Intelectuais originários dos países de emigrantes tendem a salientar o caráter étnico do nacionalismo, os intelectuais de países de imigração multiétnicos como o Brasil enfatizam o nacionalismo econômico. E há os países nos quais etnias bem distintas formaram o estado-nação, como é o caso da Suíça, da Bélgica, da França e do Reino Unido. Alguns analistas distinguem o nacionalismo “cívico” do nacionalismo étnico, aceitando o primeiro e negando o segundo. É uma boa distinção, mas é importante também distinguir o nacionalismo étnico do nacionalismo econômico, que independe do nacionalismo étnico – nós sabemos quão injustos e desumanos podem ser os nacionalismos étnicos. O nacionalismo é sempre identitário (requer a identificação de cada um com sua nação), e deve ser cívico, ou seja, defender os direitos humanos e o interesse público, mas para isso não pode ser étnico e envolver discriminação daqueles que não compartilham da etnia do grupo dominante em cada país. Deve ser apenas econômico em um mundo global no qual os estados-nação competem entre si, mais do que cooperam.

### **Nacionalismo e desenvolvimentismo na periferia**

Nos países periféricos o nacionalismo econômico assumiu a forma desenvolvimentista a partir dos anos 1950. A palavra “desenvolvimentismo” começou a ser usada nos anos 1960, na América Latina, para identificar o conjunto de políticas ou estratégias econômicas orientadas à industrialização ou ao desenvolvimento nacional<sup>8</sup>. No Brasil, ela surge entre um

---

(8) Pedro Cezar Dutra Fonseca, escrevendo sobre a construção do conceito de desenvolvimentismo, encontrou essa palavra usada nos anos 1960 por Hélio Jaguaribe (1962) e Luiz Carlos Bresser-Pereira (1963; 1968).

grupo de intelectuais nacionalistas, que se reuniram em torno do ISEB<sup>9</sup>. Para um deles, Hélio Jaguaribe (1962, p. 208), “a tese central do nacionalismo desenvolvimentista é a de que a promoção do desenvolvimento econômico e a consolidação da nacionalidade constituem dois aspectos correlatos do mesmo processo emancipatório”. Pedro César Dutra Fonseca (2013), que realizou a mais completa resenha do desenvolvimentismo que conheço, assinala no início do seu artigo que o desenvolvimentismo pode ser pensado como práticas de política econômica, como ideologia, ou como teoria.

Desenvolvimentismo pertence à mesma família de termos como “ortodoxia”, “neoliberalismo” e “keynesianismo”, os quais servem para designar alternativamente duas coisas por certo indissociáveis, mas que não são exatamente o mesmo nem do ponto de vista epistemológico, nem na prática cotidiana: i) um fenômeno do “mundo material”, ou seja, um conjunto de práticas de política econômica<sup>6</sup> propostas e/ou executadas pelos formuladores de políticas, ou seja, fatos concretos ou medidas “reais” que compartilham um núcleo comum de atributos que os caracteriza como tal; e ii) um fenômeno do “mundo do pensamento”, ou seja, um conjunto de ideias que se propõe a expressar teorias, concepções ou visões de mundo.

De fato, o desenvolvimentismo é uma prática de políticas voltadas para o desenvolvimento econômico que supõe uma intervenção moderada do Estado na economia visando promover a industrialização e a definição de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Está, portanto, umbilicalmente relacionada com o nacionalismo econômico. É uma ideologia: a ideologia do interesse nacional em um quadro de competição e cooperação internacional. E é uma teoria: a *development economics* ou desenvolvimentismo clássico, formulada entre os anos 1940 e 1960, e, desde a primeira década do século XXI, o novo-desenvolvimentismo.

Nacionalismo econômico e desenvolvimentismo estiveram na base do grande desenvolvimento pelo qual passaram os países da América Latina, em particular o Brasil e o México, a partir dos anos 1940, e os países do Leste da Ásia como Coreia do Sul, Taiwan e Singapura, a partir dos anos 1960. O desenvolvimentismo mostrou-se assim, uma forma de coordenar o capitalismo necessária e efetiva na realização do alcance. Mas ele não assegura o desenvolvimento. Este dependerá em cada país da capacidade de suas elites e de seu povo de *evitar* o populismo econômico, tanto o de caráter fiscal quanto o de caráter cambial, e constituir uma coalizão de classes desenvolvimentista. Em 1991, Kathryn Sikkink comparou o bem-sucedido desenvolvimentismo brasileiro com seu fracasso na Argentina. Enquanto uma coalizão de classes desenvolvimentista formou-se e tornou-se dominante no Brasil por 60 anos (1930-1990), na Argentina uma coalizão de classes desenvolvimentista não venceu no longo

---

(9) O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) foi formado por um conjunto de intelectuais que, nos anos 1950, analisou o desenvolvimento do Brasil de um ponto de vista histórico e político amplo, a partir de uma perspectiva nacionalista e desenvolvimentista. O grupo contou com historiadores, economistas, sociólogos, cientistas políticos e filósofos. Enquanto no Chile, em torno da Cepal, surgiu a teoria estruturalista latino-americana, no Brasil os intelectuais do ISEB fundavam o pensamento político desenvolvimentista.

prazo os liberais associados a “el campo” (à produção agropecuária de commodities), e o país viveu a alternância de regimes liberais e desenvolvimentistas entremeada por crises.

Embora a ideia do desenvolvimentismo fosse anterior, o conceito Estado desenvolvimentista (developmental state) só se afirmou a partir da pesquisa sobre o Ministério da Economia, Comércio e Indústria do Japão de Chalmers Johnson (1982). Ao procurar compreender o extraordinário desenvolvimento econômico do Japão, ele adotou pela primeira vez a expressão “Estado desenvolvimentista”<sup>10</sup>. O Estado nacionalista e desenvolvimentista do Japão nasceu de uma revolução nacionalista (a Restauração Meiji, de 1868), depois do país ter-se subordinado aos Estados Unidos em 1854, quando foi obrigado a abrir seu país ao comércio internacional. Como assinalou Barbosa Lima Sobrinho (1981), seu nacionalismo econômico precisou conter um elemento “anti” (anti-imperialista), porque, para poder afirmar seus interesses, o Japão teve que enfrentar o centro imperial, suas pressões e suas recomendações.

Mas no nacionalismo há também um elemento positivo, desenvolvimentista: a formulação consensual de um *projeto* nacional de desenvolvimento. Ao lograr definir esse projeto, a nação se torna o grande agente do desenvolvimento econômico: o Estado - o instrumento principal para esse objetivo -, o mercado - um segundo instrumento -, ficando os empresários industriais, associados politicamente à tecnoburocracia pública e aos trabalhadores, como maiores responsáveis pelo investimento. Assim se *define* o Estado desenvolvimentista: um Estado que intervém moderadamente na economia, que adota como prioridade o desenvolvimento econômico, investe no setor não-competitivo da economia deixando por conta do mercado a coordenação do setor competitivo, adota uma política industrial, e mantém os preços macroeconômicos equilibrados, particularmente a taxa de câmbio, para isso adotando uma política cambial que neutraliza a tendência à sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio e, assim, torna competitivas as empresas industriais competentes do país.

Nos países nacionalistas a crítica ao imperialismo moderno ou ao “Ocidente” ou ao “Norte” é um elemento essencial. Álvaro Vieira Pinto (1960, p. 387, 394), o principal filósofo do ISEB, opôs a “consciência ingênua” à “consciência crítica”, relacionou esta última com o nacionalismo, e viu este último como uma condição do *pensamento*. Para ele “o nacionalismo revela-se como o único recurso para superar e suprimir a alienação do país subdesenvolvido”. E acrescenta: “A capacidade de pensar por si a verdade a seu próprio respeito e a respeito da existência circundante decorre da plena coincidência do ser e da essência, condição que define o estado não alienado”. Embora pertencendo a uma tradição filosófica diversa, Paulo Arantes (2004: 80) caminha na mesma direção quando afirma que “o nacionalismo é fundamentalmente a consequência da tensão gerada pelo desenvolvimento desigual numa economia mundial unificada.” Para compreender o nacionalismo existente no Brasil e na América Latina e suas fraquezas, Arantes faz uma ampla resenha do conceito de Benedict Anderson (1991) de nação como “comunidade imaginada” que não nasce apenas de interesses comuns; nasce também da

---

(10) Chalmers Johnson (1982). Para um conjunto de trabalhos sobre as ideias de Johnson ver Woo-Cumings (1999).

convivência de elites “criollas” marginalizadas pela metrópole, da leitura dos jornais por essa elite que permite se vejam ou se identifiquem como sociedade nacional, e da leitura dos romances onde essa sociedade é retratada como um todo.

Depois de fazer esta análise, Arantes se reporta à distinção de Hannah Arendt de pensamento e conhecimento. Enquanto o conhecimento está apenas comprometido com a “verdade”, o pensamento reporta-se permanentemente à opinião dos outros e, nesse movimento, ao levar essa opinião em consideração na formação de seu próprio julgamento, ele logra restabelecer a unidade entre a verdade, a moral, e o gosto que a modernidade perdeu. A partir daí, Arantes tira uma conclusão instigante e provocativa. Referindo-se ao Brasil, e à nação brasileira como comunidade imaginada, diz-nos ele, “foi precisamente tal imaginação nacional que nos permitiu começar a pensar - e quando ela se apagar, é possível que a *extinção do pensamento* a siga de perto” (p. 83). O grifo é meu. Para pensarmos, temos que *nos* pensar, precisamos usar nossa imaginação e considerar a complexidade e diversidade de nossa sociedade, precisamos descobrir nela a unidade, a sociedade nacional. Compreendemos, então – continua Arantes – “a afinidade sugerida entre comunidade imaginada nacional e a forma mesma de pensamento ... Quem sabe não é essa comunidade de ‘outros’ imaginados na formação de uma ‘nação’ (que já sabemos não ter uma realidade substantiva) que simplesmente torna possível essa autorregulação silenciosa na cabeça de cada um que chamamos pensamento” (p.100-102).

Henryk Szlajfer (2012, p. 3), referindo-se ao nacionalismo econômico que surge a partir dos anos 1930 na América Latina e na Europa Central, afirma que “o nacionalismo da periferia não foi apenas uma política econômica e, em certas instâncias, uma tentativa de teorizar. Foi também, como o nacionalismo político, uma espécie de *Weltanschauung*”. Foi uma visão de mundo porque resultou de um pacto político ou de uma coalizão de classes que percebeu a oportunidade da superação do subdesenvolvimento e formulou um discurso coerente para justifica-lo em um momento em que o liberalismo econômico enfrentava profunda crise. Desde 1980 o desenvolvimentismo foi colocado na oposição a nível mundial, enquanto um liberalismo financeiro-rentista produz baixas taxas de crescimento, alta instabilidade financeira, e forte aumento da desigualdade.

Nos países periféricos, um Estado desenvolvimentista é necessário para que ele realize sua revolução nacional e industrial e depois, para realizar o alcanceamento. No quadro do Estado liberal, a taxa de crescimento do PIB por habitante dos países de desenvolvimento original esteve em torno de 1% ao ano. No século XX, essa taxa quase dobrou, de forma que para os países em desenvolvimento realizarem o alcanceamento, precisam ter um crescimento per capita de 3% ao ano. Ora, para alcançarem taxas de crescimento desse nível, não podem ficar sujeitos às crises financeiras recorrentes a que estão sujeitos os países sujeitos a um regime de política econômica liberal não apenas devido ao caráter especulativo do capitalismo, mas também devido à tendência à sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio que existe nesses países.

Por outro lado, no plano microeconômico é preciso considerar que em uma economia capitalista há um grande setor competitivo e um setor não-competitivo, pequeno em termos de número de empresas, mas grande em termos de capital e faturamento. O mercado é imbatível na coordenação do setor competitivo. Já no setor não-competitivo, a coordenação do Estado, o planejamento, a definição das formas de financiamento, são todas tarefas essenciais. Por outro lado, no setor competitivo, o Estado deve, estrategicamente, ter uma política industrial.

É comum identificar o desenvolvimentismo e o nacionalismo econômico como defensores do protecionismo e do modelo de industrialização por substituição de importações. O desenvolvimentismo realmente defendeu a proteção da indústria nacional com argumento da indústria nascente – o argumento que Alexander Hamilton adotou pioneiramente em 1792, quando era Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, e depois foi retomado por Friedrich List. Mas tanto a proteção baseada nesse argumento como a consequência – o modelo de industrialização por substituição de importações – são necessariamente temporários. Para países de renda média, o novo desenvolvimentismo é crítico do protecionismo. O essencial é garantir condições iguais de competição (*leveling the playing field*) para as empresas industriais existentes e potenciais – algo que não existe quando a tendência à sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio não é neutralizada e essa taxa permanece valorizada por longos períodos.

### **Imperialismo por hegemonia**

O sistema imperial moderno, originalmente apoiado na força militar, terminou formalmente após a Segunda Guerra Mundial, rechaçado pelas lutas pela independência nacional, mas não desapareceu; passou a ser um imperialismo *por hegemonia*, apoiado em agências internacionais de regulação e de financiamento e na capacidade superior da universidade e da mídia dos países centrais. O mundo atual está coberto de estados-nação, mas em muitos deles a nação é uma ficção, é um ser sem alma, porque suas elites são alienadas ou dependentes, e procuram se associar antes às elites dos países ricos do que a seu povo. Entre os países periféricos, alguns países retardatários lograram, afinal, realizar revoluções nacionalistas e se industrializar após a Segunda Guerra Mundial. Esse foi o caso entre outros, do México, do Brasil, da Turquia, a da Coreia do Sul, da China, e da Índia. Nesses países, o Estado foi desenvolvimentista quando eles realizaram sua revolução nacional e industrial. Seu Estado promoveu o desenvolvimento econômico de uma maneira deliberada, mais planejada do que o fizeram os países que se desenvolveram originariamente. Enquanto para os países ricos bastou uma revolução *nacional* (a formação do estado-nação), para os países periféricos foi necessária uma revolução *nacionalista* – a luta de caráter anti-imperialista pela autonomia nacional dividida em dois estágios: o da superação da condição de colônia, e o da autonomização em relação à hegemonia ideológica dos países imperiais. Os países periféricos, portanto, enfrentaram um obstáculo que os países centrais não tiveram: além das imensas dificuldades relacionadas com o baixo nível de educação do povo, com instituições que dão pouca garantia ao bom funcionamento do mercado, com a carência de financiamento de longo prazo para o investimento, falta de políticas macroeconômicas que mantêm a demanda

agregada equilibrada, e falta de políticas econômicas que neutralizem a tendência à sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio, eles enfrentaram e continuam a enfrentar o imperialismo por hegemonia do Ocidente, suas pressões e recomendações de políticas e reformas.

Para se desenvolver, os países periféricos precisaram de argumentos econômicos que rejeitassem a tese neoclássica de que a industrialização é desnecessária para o crescimento econômico. A construção desses argumentos foi a contribuição dos economistas da *development economics* ou do desenvolvimentismo clássico, como Arthur Lewis, Gunnar Myrdal, Raúl Prebisch, Hans Singer e Celso Furtado. Essa argumentação constituiu uma contribuição maior à teoria do desenvolvimento econômico, mas, além dela e da afirmação de que os países ricos usavam a ideologia liberal para se opor à industrialização dos países periféricos, os nacionalistas dos anos 1950 não tinham outros argumentos fortes contra o Ocidente. Limitavam-se a criticar a remessa de lucros que realizavam as empresas multinacionais, mas esse argumento, além de fraco (afinal, se uma empresa estrangeira realizou investimentos, é natural que remeta lucros para seus acionistas) estava associado a uma contradição maior em que os nacionalistas desenvolvimentistas se viram metidos. Nos anos 1950, a tese nacionalista de que o imperialismo era contra a industrialização de seus países, embora evidente, *pareceu* ter sido falseada pelos investimentos das empresas industriais multinacionais nos países em desenvolvimento – investimentos que neles passaram a ocorrer na medida em que essas empresas procuravam contornar o relativo fechamento de suas fronteiras para a importação de bens de consumo.

A crítica contemporânea ao imperialismo pode ser resumida a dois pontos: o primeiro, de caráter histórico, consistiu na demonstração que as políticas que o Ocidente hoje dificulta senão proíbe que os países periféricos adotem são as mesmas políticas que eles adotaram quando realizaram sua revolução industrial. Essa foi a contribuição de Erik Reinert (2007) e Ha-Joon Chang (2002). Esses dois autores mostraram com dados históricos indiscutíveis a falta de *coerência* do Ocidente em sua exigência de reformas neoliberais e sua rejeição a políticas desenvolvimentistas.

O segundo ponto de crítica ao imperialismo do Ocidente, de caráter teórico, foi mostrar que, para ocupar os mercados dos países periféricos com seus financiamentos e principalmente com suas empresas multinacionais, o Ocidente, usando de seu poder econômico e de sua hegemonia ideológica, busca persuadir esses países que “devem crescer com poupança externa” – com deficit em conta-corrente, portanto. Algo que as elites locais dependentes e seus economistas aceitam geralmente sem hesitar, mas que o novo desenvolvimentismo critica de maneira contraintuitiva e radical, ao mostrar que um deficit em conta-corrente corresponde a uma taxa de câmbio necessariamente mais apreciada do que aquela que equilibra a conta-corrente do país (a taxa de câmbio de equilíbrio corrente) e a uma taxa de câmbio ainda mais apreciada do que aquela que é necessária para tornar competitivas as empresas competentes do país quando este enfrenta o problema da doença holandesa. Dessa maneira, não obstante “falem” capitais nos países em desenvolvimento, eles não devem recorrer ao financiamento



externo porque, ao fazerem isso, sua moeda se aprecia e a indústria, não apenas a existente mas também a potencial fica inviabilizada. Isto não aconteceria se a economia capitalista fosse uma economia de trocas, mas, na verdade, é uma economia monetária na qual a taxa de câmbio desempenha um papel central.

O nacionalismo foi, portanto, essencial para que os países hoje ricos formassem seus estados-nação e se desenvolvessem. Hoje, o nacionalismo é a reação necessária dos países da periferia do capitalismo contra a dominação dos países centrais. Em um artigo anterior, eu argumentei que as elites dos países ricos estão interessadas em desacreditar o nacionalismo econômico ou o desenvolvimentismo e, para isso, não distinguem o nacionalismo econômico do nacional e associam-no ao populismo, ao autoritarismo e ao protecionismo (Bresser-Pereira, 2008). Além disso, eles adotaram a ideologia “globalista” (a afirmação de que a crescente interdependência entre países na globalização tornaria a soberania nacional um conceito sem sentido), que era uma forma de obscurecer seu próprio nacionalismo e desacreditar o nacionalismo econômico dos países periféricos. Nesses países, esse discurso é possível porque a palavra nacionalismo não distingue os cidadãos. Todos os cidadãos são nacionalistas no sentido que acreditam que é dever de seu governo defender os interesses do trabalho, do conhecimento e do capital nacionais. Dessa forma, esta palavra pode ser usada pejorativamente para desqualificar o nacionalismo econômico dos países em desenvolvimento como “protecionismo” ou como “populismo”. Recentemente eu mudei essa última visão (Bresser-Pereira, 2017a). A globalização levou não apenas os países em desenvolvimento mas também os países ricos a perder sua ideia de nação. O fato histórico novo que deu origem a isso foi a expansão para os mercados estrangeiros de suas empresas multinacionais. O deslocamento das grandes empresas para os países de mão-de-obra barata – algo que não interessava aos trabalhadores e às classes médias dos países ricos – mostrou-se atrativa para essas elites rentistas e financistas, cujos juros e dividendos deixaram de ter origem no seu próprio mercado interno e passaram a ter origem em suas subsidiárias no exterior. A clássica solidariedade nacional entre trabalhadores e capitalistas, que tinha como interesse comum a defesa do mercado interno, foi assim abalada. As novas elites, muito diferentes das antigas elites empresárias, adotaram uma ideologia, individualista, sem resquício de solidariedade – a ideologia neoliberal – que inaugurou a luta de classes de cima para baixo à qual assistimos no mundo rico desde os anos 1980 e no mundo em desenvolvimento, desde os anos 1990. Através o neoliberalismo as elites financeiro-rentistas vêm, desde então, buscando reduzir salários para aumentar os lucros e a competitividade. A consequência foi a reação dos trabalhadores e das classes médias que, sentindo-se abandonadas, passaram a dar força a manifestações nacionalistas de direita apoiadas por trabalhadores, que, não por acaso, ocorreram inicialmente no Reino Unido, com o Brexit, e nos Estados Unidos, com a eleição de Donald Trump – os dois países nos quais a virada neoliberal começou.

## **Conclusão**

Em síntese, o nacionalismo é a ideologia da formação do estado-nação; o desenvolvimentismo é ideologia que torna o desenvolvimento econômico o principal objetivo

político das sociedades modernas e é a forma de coordenação econômica e política do capitalismo na qual Estado e mercado são as duas instituições que se complementam nessa tarefa. Enquanto o nacionalismo é uma ideologia que surge com a formação dos primeiros estados-nação na Europa, o desenvolvimentismo, sem receber esse nome, está presente na história do capitalismo desde o mercantilismo; ele é uma teoria, é uma estratégia nacional de desenvolvimento que aparece com esse nome nos anos 1960 nos países periféricos que buscavam realizar o *catching up* ou alcançamento. É nesse momento que muitas sociedades pobres e periféricas tomam consciência de seu subdesenvolvimento e percebem que é possível superá-lo através da formação de uma verdadeira nação, a construção de um Estado, e a realização de um projeto nacional de desenvolvimento.

O desenvolvimentismo enquanto estratégia e forma de coordenação do capitalismo é essencialmente uma alternativa superior ao liberalismo econômico, porque combina de forma equilibrada Estado e mercado. Enquanto teoria, o desenvolvimentismo clássico dos anos 1940 e 1950 definiu o desenvolvimento econômico como um processo de industrialização ou mudança estrutural, e o novo desenvolvimentismo dos anos 2000 e 2010 mostrou que existe nos países em desenvolvimento uma tendência à sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio que, se não for neutralizada por uma política monetária e uma política cambial competentes, inviabilizará a industrialização. Além disso, distingue no capitalismo um setor competitivo e um não-competitivo, e planeja o segundo, enquanto deixa o primeiro por conta do mercado e de uma política industrial estratégica. As duas teorias inspiraram-se em Marx, na Escola Histórica Alemã e em Max Weber, e na Macroeconomia keynesiana e kaleckiana.

O nacionalismo desenvolvimentista implica uma associação básica, mas sempre contraditória, da elite com seu povo, com o qual ela vive uma relação permanente de conflito e cooperação. Uma cooperação que nasce dos interesses comuns em torno da nação que a todos congrega, em torno do Estado que é seu instrumento por excelência de ação coletiva, em torno do mercado interno que é seu maior ativo econômico, em torno da moeda nacional que é a garantia de autonomia nacional; um conflito que reflete a luta legítima dos trabalhadores e das classes médias na partilha do excedente econômico gerado pelo desenvolvimento.

Originalmente nacionalismo econômico e nacionalismo étnico se confundem, mas na medida em que a população do estado-nação cresce, ela tende a se diversificar em termos étnicos, e o nacionalismo identitário torna-se uma ideologia reacionária e perigosa porque excludente. O estado-nação é intrinsecamente desenvolvimentista, porque, no quadro da globalização, compete com os outros estados-nação por maior crescimento econômico e melhor qualidade de vida. Nessa competição, os países em desenvolvimento enfrentam o poder econômico, o poder militar e o poder cada vez mais ideológico do Ocidente, que, desde os anos 1980 passou a ser dominado por uma coalizão de classes financeiro-rentista que vê o liberalismo econômico como a forma ideal de capitalismo e procura impor essa ideia a todos os países.

O desenvolvimentismo é sempre nacionalista, mas nacionalista econômico, não étnico. O desenvolvimentismo que os países retardatários adotam para realizar o alcance nada tem a ver com o nacionalismo xenófobo que caracteriza os partidos de extrema direita. É um nacionalismo que pressupõe um grau crescente de cooperação entre as nações, mas que parte de um pressuposto fundamental: a lógica do capitalismo foi sempre a da competição não apenas entre as empresas, mas também entre os estados-nação, e para enfrentar essa competição é necessário ser nacionalista – é necessário ser capaz de defender o trabalho, o conhecimento e o capital nacionais. No tempo do capitalismo global, financeiro-rentista, essa competição é muito forte, e os países ricos adotam práticas nacionalistas com a maior naturalidade, enquanto condenam o desenvolvimentismo dos demais países.

O desenvolvimentismo envolve sempre a formação de uma coalizão de classes desenvolvimentista. Não há Estado desenvolvimentista se não houver um pacto político associando as principais frações de classe interessadas no desenvolvimento: os empresários, os trabalhadores e a tecnoburocracia pública. A alternativa é a coalizão de classes liberal, financeiro-rentista – uma coalizão de classes estreita envolvendo os capitalistas rentistas, que desde o fim da Segunda Guerra Mundial vêm se tornando cada vez mais poderosos, os financistas, os altos executivos das grandes empresas, a alta classe média também em grande parte rentista, e os interesses estrangeiros. Enquanto uma coalizão de classes desenvolvimentista só faz sentido se envolve uma parte importante da população, a coalizão financeiro-rentista de hoje abrange apenas os 1 ou 2% mais ricos da população. A coalizão liberal alternativa não existiria nos países em desenvolvimento, se não houvesse entre suas elites um elevado grau de dependência ou de colonialismo; se uma parte considerável dessas elites não sofresse de complexo de inferioridade colonial em relação ao Ocidente. Mas a dependência das elites latino-americanas não é plena. Elas são elites nacional-dependentes. Vivem essa permanente contradição, segundo a qual, em alguns momentos, se tornam nacionalistas, em outros, aceitam a subordinação ao Ocidente – e especialmente quando há medo do comunismo (início dos anos 1960) ou quando a hegemonia ideológica neoliberal é total (anos 1990). Quando uma elite é colonial ou dependente, a probabilidade de que o país se desenvolva é muito pequena. No Brasil, por exemplo, as elites econômicas e políticas alcançaram razoável autonomia entre os anos 1930 e os anos 1950 e durante os anos 1970, e por isso cresceram muito. Depois que perderam essa autonomia, com a crise da dívida externa dos anos 1980, e sob pressão do novo capitalismo financeiro-rentista que se torna dominante nos países centrais, abriram sua economia no início dos anos 1990 e suas taxas de crescimento passaram a ser muito menores.

### **Referências bibliográficas**

- ANDERSON, Benedict (1983). *Imagined communities*. 2. ed. London: Verso, 1991.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Livros, 2004.

- BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). (1996). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000.
- BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre. *Estudos nacionalistas*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1981.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O empresário industrial e a Revolução Brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, v. 2, n. 8, p.11-27, 1963.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil, 1930-1967*. 1. ed. [Development and crisis in Brazil]. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Development economics and World Bank's identity crisis. *Review of International Political Economy*, v. 2, n. 2, p. 211-247, Spring 1995.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do ISEB e da Cepal à teoria da dependência. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005. p. 201-232.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo. *Revista Estudos Avançados*, v. 22, n. 62, p. 171-194, 2008.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Why the 'rest' does not need foreign finance. In: POPOV, Wladimir; DUTKIEWICZ, Piotr (Org.). *Mapping a new world order: the rest beyond the west*. London: Edward Elgar, 2016.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Depois do capitalismo financeiro-rentista, mudança estrutural à vista? *Novos Estudos Cebrap*, v. 36, n. 1, p. 37-51, mar. 2017a.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. The two forms of capitalism: developmentalism and economic liberalism. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 37, n. 4, Oct. 2017b.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; OREIRO, José Luis; MARCONI, Nelson. *Macroeconomia desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2016.
- GELLNER, Ernest. *Nations and nationalism*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.
- GELLNER, Ernest (1993). O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). (1996). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. A ideologia da 'jeunesse dorée'. *Cadernos do Nosso Tempo*, n. 4, p. 101-112, abr./ago. 1955.
- GILPIN, Robert. *The political economy of international relations*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1987.
- HELLEINER, Eric; PICKEL, Andreas (Org.). *Economic nationalist in a globalizing world*. Ithaca: Cornell University Press, 2005.

- HELLEINER, Eric. Conclusion: the meaning and contemporary significance of economic liberalism. In: HELLEINER, Eric; PICKEL, Andreas (Org.). *Economic nationalist in a globalizing world*. Ithaca: Cornell University Press, 2005. p. 220-234
- HOBBSBAWM, Eric J. *Nations and nationalism since 1780*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- HROCH, Miroslav (1996). Do movimento nacional à nação plenamente formada: o processo de construção nacional na Europa In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). (1996). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000. p. 85-106.
- HROCH, Miroslav (2005) *European nations: explaining their formation*, London: Verso, 2015. Original em alemão: 2005.
- JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- JOHNSON, Chalmers. *MITI and the japanese miracle*. Stanford: Stanford University Press, 1982.
- BAUER, Otto (1907). *La cuestión de la nacionalidad y la socialdemocracia*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1979. Original em alemão: 1907.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo (1969). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. Original em espanhol: 1969.
- CHANG, Ha-Joon (2002). *Chutando a escada*, São Paulo: Editora da Unesp, 2004. Original em inglês: 2002.
- ELIAS, Norberto (1968). Introdução à edição de 1968. In: ELIAS, Norberto (1936). *O processo civilizador*, 2001. v. 1, p. 205-241.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra (2013). Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: DATHEIN, Ricardo (Org.). *Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. p. 13-72. Publicação original como Texto para Discussão Ipea, 2013.
- FRANK, Andre Gunder. The development of underdevelopment. *Monthly Review*, v. 18, n. 4, p. 17-31, 1966.
- LIST, Friedrich (1846). *O sistema nacional de economia política*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1986. (Coleção Os Economistas). Original em alemão: 1846.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución [underdevelopment and revolution]*. México: Siglo XXI, 1969.
- MAUSS, Marcel (1970 [2017]). *A Nação*. São Paulo: Três Estrelas. Escrito em torno de 1930. Edição organizada por Marcel Fournier e Jean Terrier, publicada em francês em 2013.

- PINTO, Álvaro Vieira. *Consciência e realidade nacional*, 2º. Volume, A Consciência Crítica. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.
- REINERT, Erik S. (2007). *Como os países ricos ficaram ricos ... e por que os países pobres continuam pobres*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto e Centro Celso Furtado, 2016.
- RENAN, Ernest (1882). *Qu'est-ce qu'une Nation?* Paris: Pocket Agora, 1993. Publicação original, 1882.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos (1978) A práxis liberal no Brasil. In: SANTOS, W. G. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*, Rio de Janeiro: Rocco, 1998. p. 9-61. Originalmente publicada em Santos, W. G. (1978). *Ordem burguesa e liberalismo político*.
- SIKKINK, Kathryn. *Ideas and institutions: developmentalism in Brazil and Argentina*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1991.
- SZLAJFER, Henryk. *Economic nationalism and globalization: lessons from Latin America and Central Europe*. Leiden/Boston: Brill, 2012.
- SMITH, Anthony. *The ethnic origin of nations*. Oxford: Oxford University Press, 1986.
- SMITH, Anthony D. *Nationalism and modernism*. London: Routledge, 2003.
- TILLY, Charles (Org.). *The formation of national states in Western Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1975.
- WOO-CUMINGS, Meredith (Org.). *The developmental state*. Ithaca: Cornell University Press, 1999.